



CARTA DA CARAVANA DOS CERRADOS PIAUIENSES

Nós, entidades que participam do Fórum Piauiense de Convivência com o Semi-Árido, entidades da sociedade civil, movimento sociais, sindicatos e pastorais sociais, juntas na realização da CARAVANA AO CERRADO Piauiense vem denunciar num grito coletivo a situação a que foi condenado os Povos do cerrados pelo modelo de desenvolvimento implantado desde a década de 70.

A caravana teve como objetivo maior conhecer a realidade em que vivem as populações do cerrado, percebendo em que medida a destruição do ecossistema vem acontecendo e através desta carta aberta a sociedade, convoca a todos e todas cidadãos e cidadãs para que se organizem num processo de mobilização em defesa da vida das populações dos Cerrado.

Por entender:

- Que o cerrados corresponde ao segundo maior bioma do país sendo o cerrado piauiense o quarto mais importante no contexto nacional. Ele tem uma área de 11 milhões de hectares, ocupa 34% do território piauiense e é nele que nasce os Rios Parnaíba, Uruçuí Preto e Gurguéia, que alimentam a grande bacia do Parnaíba. O Cerrado piauiense ainda compreende uma biodiversidade imensurável de fauna e flora imprescindíveis para o equilíbrio ambiental.
- Que os povos do cerrado compreendem aproximadamente 320 mil pessoas, organizadas em 24 municípios que nos últimos 10 anos tiveram sua população duplicada pela ocupação desordenada, gerada pela instalação do agronegócio trazido pela BUNGE e fazendas que a ela fornecem madeira e matéria – prima.

GRITAMOS DENUNCIANDO:

1. O favorecimento dado, desde último governo do Mão Santa e o atual governo Wellington Dias ao agronegócio com isenções fiscais e outros subsídios, ao tempo que se negam a receber os agricultores e as agricultoras, negligenciando suas necessidades;
2. A inadequada postura de instituições de pesquisa, fiscalização e financiamento do estado como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, o IBAMA, a EMBRAPA e o Ministério do Meio Ambiente, que emitem laudos e permissões favoráveis ao agronegócio, ainda que tenham em mãos estudos que provam a inadequação da monocultura para o cerrado.
3. Denunciamos o Secretário Estadual Dalton Macambira que mente ao dizer que somente 5% do cerrado piauiense está ocupado com o agronegócio.
4. Denunciamos o agronegócio que instala a conversão, ou seja, a substituição da vegetação nativa por vegetação exótica de grãos e eucalipto, comprometendo a biodiversidade do cerrado, empobrecendo os solos, contaminando as águas, provocando as voçorocas e o assoreamento dos rios
5. Denunciamos a mentira do governo federal e estadual que dizem priorizar a agricultura familiar, mas a condena à mera produção de subsistência, ao endividamento das famílias pelo crédito inadequado, a uma oferta de assistência técnica desqualificada e desestruturada, à falta de acesso ao mercado e de políticas públicas que ofereçam estada, luz, água e as condições necessárias de desenvolvimento econômico, humano e social.
6. Denunciamos a desertificação do cerrado, a subordinação de seu povo ao trabalho escravo, ao envenenamento pela pulverização aérea e terrestre nas áreas de cultivo e que não respeitam o limite das moradias das famílias nativas e/ou assentadas.
7. Denunciamos o silêncio a que o povo é condenado pelas ameaças de morte que recebem quando tentam denunciar as injustiças sofridas.
8. Denunciamos o legislativo e o judiciário que se juntam numa proteção impenetrável aos fazendeiros e empresas exploradoras dos cerrados.

9. Denunciamos o roubo que o agronegócio diariamente faz ao cerrado escoando suas riquezas e concentrando o dinheiro nas mãos dos grandes, deixando o trabalhador sem renda e sem trabalho
10. Denunciamos políticos como o atual prefeito de Uruçui acusado de promover o trabalho escravo e que se junta ao agronegócio, favorecendo a migração, a destruição, a prostituição, a exploração sexual de crianças e adolescentes, condenando à miséria o povo piauiense.
11. Denunciamos o elevado índice de migração na região dos cerrados, que cria lugares como a colônia de São Geraldo do Araguaia no Pará que é a prova da inexistência de políticas públicas para a agricultura familiar e do descaso com os povos pobres da região.
12. Denunciamos o vergonhoso mercado de terra grilada no cerrado e vendida com o apoio do governo do estado às fazendas exploradoras e que escorraçam a população empurrando-a para a pobreza da periferia urbana, condenando-a à vergonha do assistencialismo governamental
13. Denunciamos a inexistência de reserva legal das fazendas exploradoras do cerrado que, quando fiscalizadas, cinicamente mostram comunidades das trabalhadoras e trabalhadores rurais como sendo suas áreas de proteção, o que mais uma vez prova a irresponsabilidade do modelo monocultor instalado.

É na certeza de que a mudança verdadeira é aquela capaz de escutar o grito dos povos do cerrado e transformá-lo em denúncia e em ação de transformação que propomos:

1. Fortalecimento de articulações dos povos do cerrado, entidades, movimentos, pastorais para o debate, proposição e monitoramento de ações de conservação e desenvolvimento sustentável para o cerrado;
2. Elaboração e execução do Plano de Sustentável dos Cerrados, tendo a agricultura familiar como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico
3. Introdução de corredores ecológicos nas grandes áreas de plantio permitindo a conectividade no ecossistema fragmentado

4. Negação da proposta de divisão do estado uma vez que ela ira apenas favorecer interesses político-eleitorais e de concentração de riqueza
5. Ampla e sistemática política de reordenamento agrário e regularização fundiária coibindo a grilagem e definido condições de punição para grileiros
6. Estruturação e implantação de política de educação ambiental e valorização do cerrado
7. Definição das ações de licenciamento e fiscalização ambiental, garantindo o envolvimento de entidades representativas das agricultoras e agricultores e comunidades diretamente atingidas com os projetos em questão.
8. Que o licenciamento do IBAMA seja liberado de acordo com a implantação das culturas, evitando desmatamento antes da aprovação do EIA – RIMA.

Entidades participantes da Caravana:

Cáritas Brasileira Regional do Piauí

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC

Centro de Formação Mandacaru

Conselho Nacional de Leigos e Leigas do Brasil/Piauí

Serviço Pastoral dos Migrantes SPM

Cáritas Diocesanas de Teresina, Picos, Oeiras/Floriano e São Raimundo Nonato

CPT Diocesana de Oeiras/Floriano e Bom Jesus do Gurguéia

Cooperativa de Pequenos e Pequenas Agricultoras e agricultores de Morro Cabeça no Tempo

Centro Regional de Assessoria e Capacitação – CERAC

Centro de formação e Assessoria Agroecológica do Cerrado – CENFAAC